

A DISPUTA PELA VERDADE NA EBC

As matérias publicadas nos principais veículos de comunicação do país no período de maio a agosto evidenciam desconhecimento da imprensa sobre conceitos-chave para disputa da verdade sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A Comunicação Pública brasileira nunca esteve tão presente na pauta dos jornais. As inverdades somadas ao desconhecimento tornam necessários o esclarecimento de diversos pontos, elencados no texto *“FATOS & ARGUMENTOS - Um pouco de história e algumas ponderações sobre a EBC e seus veículos”*.

A confusão entre comunicação pública e estatal está presente em diversas matérias e editoriais. A EBC foi criada para organizar e fortalecer o sistema público de comunicação. E a condição fundamental para torná-la pública é a participação social em sua gestão e nas definições dos conteúdos que ela carrega. A institucionalização dessa participação está descrita em *“Controle e participação social como diferenciais”*.

Em *“Separando a comunicação pública da estatal”*, explica-se que a diferença entre comunicação pública e estatal na estrutura organizacional da EBC apresenta uma característica particular: a empresa, embora faça a gestão de 13 veículos públicos, tem sua origem na extinta Radiobrás, que fazia comunicação estatal. Ainda trata sobre a diferença entre os tipos de comunicação. Enquanto a comunicação pública refere-se a processos realizados pela sociedade civil organizada com foco no interesse público, onde a independência dos conteúdos, a transparência e a gestão participativa são premissas, a comunicação estatal é praticada por um governo para gerar o engajamento da população nas políticas adotadas e o reconhecimento das ações promovidas nos campos político, econômico e social.

A alcunha de *“cabide de emprego”* ganhou força e nunca houve menção ao processo de redesenho e os consequentes cortes que começavam a ser efetivados pela Direção da Empresa e que previam redução dos cargos da estrutura gerencial e de assessoramento de 429 para 391. Foi desconsiderado ainda o procedimento, em andamento na empresa, de redução da ocupação dos cargos por funcionários de fora do quadro permanente, assim contabilizando 70% de funcionários permanentes e 30% de funcionários sem vínculo.

O quadro permanente da EBC é composto por funcionários regidos pela CLT. Parte deles, conforme descrito em *“Quem faz a EBC”*, fez concurso público ainda para a Radiobrás (2002), outros para a EBC (2011 e 2013). Há ainda um terceiro grupo: entraram para o quadro permanente da empresa sem concurso público (antes de 2002), mas obtiveram por decisão judicial a garantia do vínculo com a Radiobrás e, posteriormente, com a EBC. A folha de pagamento deste grupo é alta e contém funcionários com mais de 20 anos de casa.

Os números sobre custos anuais divergiram na imprensa, chegando até R\$ 750 milhões. O orçamento previsto para 2016 é de R\$ 564 milhões, sendo que R\$ 26 milhões deste total foram contingenciados. Notícias sobre déficits e endividamento também foram publicadas. O trecho *“A EBC hoje”* traça o cenário atual da situação orçamentária da empresa e mostra que os cortes e contingenciamento levou a adaptações do Plano de Trabalho e a revisões e/ou cancelamento de contratos para superar eventuais déficits e não levar a empresa à situação de endividamento.

Mostra-se que a instituição tem sofrido também com a não liberação de recursos já autorizados (média de R\$ 20 milhões/ mês) e que seu orçamento vem sendo reduzido ano a ano. Em 2016 ele é R\$ 250 milhões menor do que o de 2010, corrigindo-se o valor orçamentário pelos índices inflacionários do período.

Além do redesenho da estrutura de cargos, também estava em construção um estudo para obtenção de receitas. Parte dele inclui a utilização de patrimônio – imobiliário, audiovisual/ acervo – para esse fim, a ampliação da cartela de clientes na prestação de serviços, parcerias para financiamento de produções por meio de linhas vigentes na Ancine e no BNDES e, especialmente, o protagonismo na batalha judicial pela Contribuição de Fomento à Radiodifusão Pública, conforme item *“Financiamento e autonomia editorial”*. Constavam ainda do plano o estabelecimento da permuta, que poderia amortizar custos.

FATOS & ARGUMENTOS

Um pouco de história e algumas ponderações sobre a EBC e seus veículos

A Comunicação Pública antes da EBC

O início da história da comunicação pública no Brasil se confunde com a do Rádio. A primeira emissora brasileira - a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro - foi criada em 1923 atendendo a dois princípios fundamentais da comunicação pública: autonomia financeira e autonomia diante do governo e do mercado. Iniciativa do antropólogo Edgar Roquette-Pinto, era financiada por um grupo de associados da Academia Brasileira de Ciências. O nome, Rádio Sociedade, simbolizava a forma de controle: o mesmo grupo de associados que financiava a emissora por meio de mensalidades tinha o poder sobre a programação. Essas regras estavam formalizadas em estatutos, que proibiam o uso da emissora para fins de propaganda política, religiosa ou comercial.

O serviço de radiodifusão foi considerado “de interesse nacional e finalidade educacional” desde sua primeira regulamentação em 1931. Entretanto, o modelo de negócio sustentado pela propaganda comercial, que foi estabelecido a partir de 1932, direcionou a programação das emissoras para o entretenimento de massa. Esse modelo era seguido até mesmo pelas emissoras estatais, caso da pioneira Rádio Sociedade que, ao ser doada ao governo federal, em 1936, passou a chamar-se Rádio MEC.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, criada em 1936 como emissora privada e estatizada em 1940, por exemplo, foi responsável por popularizar o futebol, a música brasileira, a radionovela e os programas humorísticos. Este modelo de negócio e programação, com foco no entretenimento e prevalência do interesse comercial, foi reproduzido com a chegada da televisão ao Brasil, em 1950.

No final da década de 1960, início dos anos 70, durante o regime militar, a estratégia de utilizar a radiodifusão como canal de disseminação educacional foi reconsiderada. Um decreto de 1967 autorizou a criação de emissoras de televisão educativas que passaram a funcionar em alguns estados. Também o governo federal criou a Radiobrás, em 1975, e a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, a Funtevê, mas o objetivo central era divulgar ações governamentais.

A ideia de formar uma Rede Pública de emissoras de rádios e TVs educativas estaduais e universitárias nunca prosperou enquanto prevaleceu esse modelo desconcentrado, com emissoras locais, sujeitas à ingerência política de cada governo estadual.

O conceito de comunicação pública, até então limitado ao caráter educacional, avançou ao longo das discussões da Assembleia Constituinte, em 1988 para algo mais amplo e abrangente. A comunicação pública passou a ser aquela capaz de disseminar noções de cidadania, diversidade cultural, regional e social, e de ser, fundamentalmente, capaz de complementar ao que era produzido pelos canais de comunicação já existentes: o estatal e o privado.

Cronologia da Comunicação Pública

1923 – Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize fundam a primeira rádio educativa do Brasil: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que mais tarde constituirá a Rádio MEC.

1936 - Sem condições de manter a antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto doa a emissora ao Ministério da Educação e Saúde

1936 – Inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, instalada no Edifício A Noite, o primeiro arranha-céu da América Latina

1958 – É criada a Rádio Nacional de Brasília para apoiar a construção de Brasília e servir como meio de comunicação para os trabalhadores que construíam a nova capital

1976 – Entra no ar a primeira emissora FM de Brasília: a Rádio Nacional

1977 – Inauguração da Rádio Nacional da Amazônia, que chega em toda a região norte, além de Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e outros estados.

1989 - Rádio Nacional de Brasília AM passa a ser a geradora da Voz do Brasil e das Redes Obrigatórias de Rádio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

1988 – Promulgada a Constituição que traz no artigo 223 a previsão de complementaridade entre os sistemas estatal, privado e público na radiodifusão brasileira
20 anos depois...

2007 – Em maio, acontece o I Fórum Nacional de TVs Públicas. Ao final das discussões, é lançada a “Carta de Brasília”, que reivindicava a criação da TV pública

2007 – Após o fórum, forma-se um Grupo de Trabalho para elaborar as bases para a Medida Provisória 398, que propõe a criação de uma empresa pública federal com a missão de implantar e gerir o sistema público de radiodifusão

2007 – Em outubro, MP 398 é assinada e é criada a EBC, que implementa a TV Brasil e passa a gerir oito rádios, a Agência Brasil, a Radioagência Nacional

2008 – Em abril é sancionada a lei 11.652, originária da MP 398, que autoriza a criação da EBC.

EBC como consequência de um ideal democrático

A Assembleia Nacional Constituinte em 1988 foi uma esperança de reversão do modelo não apenas no sentido da democratização dos meios, mas dos propósitos de uma nova Política Nacional de Comunicações, voltada para a construção da cidadania e da justiça social como bases de sustentação da democracia e do desenvolvimento.

Todo o esforço da Constituinte foi traduzido nas definições dos Artigos 221 e 223 da Constituição Federal. Este último prevê a complementariedade do sistema de radiodifusão incluindo o sistema público junto ao estatal e o privado já existente. Já o 221, válido para todos os sistemas, diz que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender preferencialmente a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promover a cultura nacional e regional, estimular a produção independente e favorecer a regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Quase 20 anos depois, o Ministério da Cultura (MinC) mobilizou representantes das emissoras Públicas, Educativas, Culturais, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, ativistas da sociedade civil e militantes do movimento social, profissionais da cultura, cineastas, produtores independentes, comunicadores, acadêmicos e telespectadores em torno do Fórum Nacional das TVs Públicas. Foram dois anos de debates realizados nas diversas regiões do país com centenas de pessoas que culminaram na realização do Fórum em 2007 e cujos anseios foram expressos na Carta de Brasília, que defendia entre outras coisas, a criação de uma TV Pública federal que cumprisse o dispositivo constitucional.

De posse da Carta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação da Empresa Brasil de Comunicação, transferindo para ela a gestão de três canais já existentes (TV Nacional/Radiobrás, TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão) que hoje compõem a TV Brasil, cujas transmissões, com programação unificada, tiveram início em 2 de dezembro de 2007.

A lei de criação da EBC prevê a consolidação de um Sistema Público de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, sistema complementar ao privado e estatal, e prevê também a constituição de uma Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão e Rádio, com a implantação e operação de emissoras de rádio e televisão para atuar em cooperação e colaboração com outras entidades públicas e privadas que explorem serviços multimídia de comunicação e radiodifusão.

A EBC incorporou o patrimônio da extinta Radiobrás, TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão, e outras sete emissoras de Rádio AM, FM e Ondas Curtas, com transmissão para o Rio de Janeiro, Distrito Federal e toda Região Amazônica.

Também fazia parte do patrimônio herdado, duas agências de notícias, uma agência de publicidade legal e uma prestadora de serviços conexos à radiodifusão pública que edita e distribui *clipping* de jornais, revistas, telejornais e radiojornais, além de produtora, programadora e distribuidora de conteúdos de rádio (Voz do Brasil) e televisão (NBR) estatais. Em 2008, foi integrada à empresa a geradora de TV de São Paulo. Em 2010 foi lançado um canal de TV Internacional, presente em 66 países; e em 2012, criou-se o Portal EBC e iniciou-se a distribuição de conteúdos por redes sociais.

Fundação Roquette -Pinto e Acerp

A Fundação Roquete-Pinto (antiga Funtevê) foi criada em 1991 para gerir todos os veículos de comunicação do Ministério da Educação e da Cultura: TVEs do Rio de Janeiro e do Maranhão e Rádio MEC. A Fundação foi sucedida pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp) em 1998. A Acerp é uma Organização Social que, por meio de contrato de prestação de serviços com o Ministério da Educação, faz a gestão da TV Escola e da TV Ines. A Acerp também teve contrato de gestão com a EBC desde sua criação, em 2007, até 2013.

Papel singular

O Art. 2o da Lei 11.652/2008 que cria a EBC diz que cabe à empresa:

- I – Complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II – Promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV – Promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - Não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- IX - Participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Estrutura

A EBC tem sede em Brasília, onde ficam as unidades administrativas e o centro de mídias públicas, com cinco estúdios de televisão, dez estúdios de rádio, centrais técnicas e as redações da TV Brasil, da Agência Brasil, do portal EBC, e das rádios: Nacional FM Brasília, Nacional de Brasília e Nacional da Amazônia. No Rio de Janeiro, a EBC possui três estúdios de TV, cinco estúdios de rádio, centrais técnicas e as redações da TV Brasil, da Agência Brasil, da Rádio Nacional e das rádios MEC (AM e FM). Em São Paulo, são dois estúdios de TV e as redações da TV Brasil, da Agência Brasil e da Radioagência. No Maranhão, a EBC possui um estúdio de TV e uma redação.

Controle e participação social como diferenciais

A EBC foi criada para organizar e fortalecer o sistema público de comunicação. E a condição fundamental para torná-la pública é a participação social em sua gestão e nas definições dos conteúdos que ela carrega. Para institucionalizar essa participação nas decisões da EBC, a lei previu duas estruturas de apoio aos seus órgãos administrativos: a Ouvidoria e o Conselho Curador.

A Ouvidoria é o acesso direto entre as pessoas e a gestão da empresa. Telespectadores, ouvintes e internautas se manifestam pelo telefone, e-mail, redes sociais ou pessoalmente sobre a programação, rede de distribuição ou qualquer outro serviço. Entretanto, ela ultrapassa a atuação comumente vivenciada por ouvidorias de outras empresas dado que ela tem como uma de suas atribuições analisar os conteúdos distribuídos pela Empresa com base na percepção dos telespectadores e ouvintes e provocar a direção a atender a essas demandas.

O Conselho Curador supervisiona o conteúdo, dá diretrizes para assuntos caros à sociedade, assegura os princípios da produção e programação das emissoras de rádio e televisão da comunicação pública. É o mecanismo de consulta da gestão da empresa ao interesse público, ao mesmo tempo em que é órgão da sociedade sobre a gestão dos conteúdos e do alcance de suas mídias. O colegiado emite relatórios, notas técnicas e pareceres para apoiar as decisões da diretoria da Empresa. Emite resoluções quando decide sobre algum assunto e também pode destituir um diretor quando emite dois votos de desconfiança em 12 meses.

Para aumentar o diálogo com a sociedade e buscar uma participação ativa e não só representativa, o Conselho realiza audiências e consultas públicas em várias regiões do país. O objetivo é conversar com a população sobre aspectos da programação ou gestão dos veículos EBC ou do próprio colegiado. Também são realizados encontros com grupos específicos da sociedade, a partir de demandas do público ou dos conselheiros.

A empresa possui, conforme definição da lei das sociedades anônimas, uma Diretoria Executiva, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal. Além disso, a gestão da empresa é controlada internamente pela Auditoria Interna, e externamente pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET), pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os órgãos de controle da União, como a Controladoria Geral (CGU) e o Tribunal de Contas (TCU).

Existem ainda seis (6) colegiados que formulam e definem políticas e diretrizes para a empresa: Comitê Editorial de Jornalismo, Comitê de Planejamento e Avaliação, Comitê de Pró-Equidade de Gênero e Raça, Comitê de Programação e Rede, Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

Composição do Conselho Curador

O Conselho Curador da EBC é composto por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil, indicados via consulta popular; quatro do Governo Federal (Ministro da Secom/PR; Ministro da Cultura; Ministro da Educação e Ministro da Ciência e Tecnologia); um da Câmara dos Deputados; um do Senado Federal; e um representante dos trabalhadores da EBC.

Função dos Comitês

O Comitê de Programação e Rede (CPR) é um órgão deliberativo que avalia a programação dos canais públicos da EBC.

O Comitê de Planejamento e Avaliação auxilia na gestão da estratégia, elabora a proposta de diretrizes do planejamento e orçamento plurianual e coordena a elaboração e gestão do Plano de Trabalho e Orçamento Plurianual nas áreas da EBC.

O Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça tem por finalidade disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional da empresa para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia.

O Comitê Editorial tem por finalidade subsidiar as decisões e práticas diárias da Diretoria de Jornalismo da EBC levando em conta as determinações do Manual de Jornalismo da Empresa e promover ações de verificação crítica das produções jornalísticas em diferentes plataformas.

O Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CTIC) é órgão deliberativo, de atuação permanente, e tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional da empresa.

Veículos da EBC

A EBC faz a gestão da TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio.

Televisão pública

A TV Brasil é a emissora pública nacional. Sua programação espelha a diversidade cultural, étnica e social do povo brasileiro. Em parceria com emissoras educativas, essa programação chega a 22 estados da federação e Distrito Federal. Ela recebeu mais de 90 prêmios desde a sua criação. É líder na exibição de filmes nacionais, segundo levantamento da Ancine, e tem mais de 40 horas semanais de programação infantil pautadas em valores humanos e afirmativos.

A TV Brasil Internacional, cujo papel é o de resgatar a cultura e reforçar a identidade nacional no exterior, chegou a 68 países por meio da TV por assinatura por meio de dois contratos empresas de satélite do Japão e da Europa. Porém, a ausência de um instrumento de prestação de contas capaz de comprovar o alcance do sinal levou ao cancelamento dos contratos. Optou-se por dar continuidade a este projeto utilizando-se a plataforma web.

Rádios históricas

A Rede de Rádio da EBC é composta pela Rádio Nacional de Brasília (AM e FM), Rádio MEC Brasília (AM); Rádio Nacional do Rio de Janeiro (AM), Rádio MEC do Rio de Janeiro (AM e FM), Rádio Nacional do Alto Solimões (AM e FM) e Rádio Nacional da Amazônia (Ondas Curtas). A rádio MEC é a primeira emissora do país (1923), a Nacional do Rio de Janeiro, de 1936 foi a principal emissora da América Latina e uma das cinco mais potentes do mundo na década de 40. Já a Rádio Nacional de Brasília nasceu antes da inauguração da cidade, em 1958, e surgiu como meio de comunicação entre os que foram para o Planalto Central construir a capital e os familiares que ficaram em seus estados de origem. Já a Nacional da Amazônia e a Nacional do Alto Solimões são fundamentais na prestação de serviços em suas regiões.

Conteúdos gratuitos

A Agência Brasil disponibiliza conteúdos jornalísticos de livre uso. Suas reportagens (textos e fotos) aparecem em jornais médios do interior e na web, em sites de notícias, como o UOL, o Estadão, a Folha online, O Globo, IG, G1, o Valor Econômico, além de blogs e outros sites. O material produzido pela Agência também aparece em livros didáticos e paradidáticos. Há ainda a Radioagência Nacional, que veicula gratuitamente áudios para emissoras públicas, comunitárias e privadas.

A Agência Brasil publica em média 90 matérias e 85 fotografias por dia. A Radioagência veicula 100 áudios por dia e tem mais de 24 mil usuários cadastrados, entre emissoras públicas, comunitárias e privadas. As duas alcançaram mais de 8,7 milhões de visitantes únicos em 2015.

Todo esse conteúdo está integrado no Portal EBC. O portal e os sites da TV Brasil e das Rádios alcançaram mais de 29 milhões de visitantes únicos em 2015. Além disso, a EBC reforçou sua presença nas redes sociais com seus perfis no Twitter e Facebook. .

Rede de Comunicação Pública: alcance a diversidade regional

Vencer o desafio de ampliar, interiorizar e diversificar o público exigiu da EBC coordenar o processo de formalização da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão (RNCP/TV) para dar concretude à Lei, possibilitando capilaridade, disponibilidade de acesso e maior alcance da distribuição dos conteúdos da comunicação pública.

A RNCP/TV é formada por 52 geradoras e 741 retransmissoras terrestres de TV aberta, está presente em 23 estados e mais o Distrito Federal, alcançando 1.589 municípios.

Hoje a cobertura da RNCP/TV tem maior alcance por meio do sinal analógico, com acesso disponível para 64,29% da população brasileira. A TV Brasil em sinal digital encontra-se disponível para 40% da população, por meio de três geradoras digitais próprias (São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal), duas retransmissoras digitais próprias (Minas Gerais e Porto Alegre) e de 11 geradoras digitais parceiras da Rede.

A Rede de Rádios da EBC é formada por sete emissoras e duas retransmissoras de rádio, além de 40 emissoras parceiras. A ampliação da cobertura será resultado da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/ Rádios, que tem como foco dar capilaridade aos conteúdos produzidos e veiculados pelas Rádios da EBC, bem como possibilitar a troca e veiculação de conteúdos das emissoras parceiras, promover coberturas especiais em rede e fomentar a inovação e capacitação por meio de laboratórios de conteúdo e formatos. A norma da Rede de rádios ainda precisa ser aprovada pela Diretoria da EBC.

A governança da Rede Nacional de Comunicação Pública é feita pelo Comitê Nacional da Rede Pública, formado por representantes das emissoras, que se reúnem ordinariamente duas vezes ao ano, com o objetivo de discutir e deliberar sobre as temáticas de infraestrutura, programação, conteúdos, aspectos jurídicos e de marketing relativas à Rede.

TVs estaduais parceiras da Rede

TVE do Acre – Canal 2
 TV Cultura do Amazonas – Canal 2
 TVE de Alagoas – Canal 3
 TVE da Bahia – Canal 2
 TV Ceará – Canal 5
 TVE do Espírito Santo – Canal 2
 TV UFG/GO – Canal 14
 Rede Minas/MG – Canal 9
 TV Brasil Pantanal/MS -Canal 4
 TVU do Mato Grosso – Canal 2
 TV Cultura do Pará – Canal 2
 TVU da Paraíba – Canal 43
 TVU de Pernambuco – Canal 11
 TV Pernambuco – Canal 12
 TV Antares/PI – Canal 2
 TVU do Rio Grande do Norte – Canal 5
 TVU de Roraima – Canal 2
 TVE do Rio Grande do Sul – Canal 7
 TV Aperiipê/SE – Canal 2
 TVE Tocantins/TO – Canal 13

Diversidade regional na tela

A programação ofertada em Rede tem a duração de 10 horas e 30 minutos por dia. No entanto, as emissoras, de acordo com a sua capacidade de produção de conteúdo próprio, podem optar por diferentes modalidades, exibindo no mínimo três horas diárias, até o limite de 10 horas e 30 minutos por dia. Além deste conteúdo, duas horas e meia por dia da programação da TV Brasil são fornecidas pelas emissoras associadas à Rede.

Distribuição de conteúdo para um país de dimensão continental

Apesar de o cabo e a telefonia móvel estarem com ofertas disponíveis nas regiões onde se concentra 70% da população brasileira, o interior do país e a Amazônia (maior parte do Brasil) carecem de ofertas de transmissão. Nessas regiões, a radiodifusão já está instalada e deveria ser combinada com as melhores ofertas de sinal web.

Uma realidade, já em curso nos Estados Unidos, por exemplo, é que a oferta de sinal em *streaming* e a rápida transformação computacional proporcionaram uma série de ferramentas amigáveis, que logo ganharam a adesão

da sociedade, engendrando uma revolução nos modelos de negócios e provocaram o surgimento de milhares de novos protagonistas, especializados no universo web.

A aceleração deste segmento comprometeu o desenvolvimento planejado para o sistema de assinaturas, cabo ou satélite. Pelo seu uso cada vez mais decadente, as autoridades norte-americanas concluíram que o melhor seria “fatiar” as concessões de TV por assinatura para um maior aproveitamento deste sistema pelos operadores regionais e locais.

TV aberta - A digitalização das transmissões terrestres de televisão

A partir de 2016, o Brasil vai mudar o sistema de transmissão terrestre da televisão de analógica para digital. A TV Digital diferencia-se porque transmite áudio e vídeos em alta definição e também informações de dados. Digitalizada, a televisão se conecta a qualquer plataforma digital, como computadores ou celulares, podendo ser assistida a qualquer tempo, de qualquer lugar. E ainda oferece a possibilidade da interatividade e da multiprogramação. A substituição do sistema de radiodifusão tornou imperativo à EBC renovar seu parque de produção e transmissão.

Os equipamentos mais modernos não usam mídia física (fitas), mas cartões, dispensando toda uma cadeia de trabalho obsoleta. Após três décadas de evolução exponencial da informática, parece ser ter chegado a uma resolução e formato convencionados, cuja duração do sistema deverá permanecer por longo tempo.

Para garantir a implantação da sua rede digital, a EBC chegou a defender o projeto de um Operador Único da Rede de Televisão Pública Digital, inspirado em sistemas similares existentes em outros países, como no Japão. A plataforma digital comum permitiria que cada emissora transmitisse sua programação, dispensando os gastos superpostos com torres, antenas e outros equipamentos.

Ao longo de quatro anos, o projeto desenvolvido pela EBC tomou a forma jurídica de uma Parceria Público-Privada (PPP), evoluindo para a proposta de um consórcio entre a EBC e a Telebrás, que usaria a rede de fibra ótica do Programa Nacional de Banda Larga para transitar conteúdos digitais até o município. A EBC finalizaria a estrutura, construindo torres e montando os sistemas irradiantes do sinal aéreo. A EBC trataria ainda de iluminar com satélite as áreas não servidas pela rede de fibra ótica da Telebrás.

Os modelos cobririam, inicialmente, todas as capitais e quase 300 municípios com mais de 100 mil habitantes, levando TV digital a 60% da população brasileira. O projeto foi apresentado à presidenta Dilma Rousseff. Seu custo chegaria a R\$ 1,9 bilhão. Porém sua implantação envolvia decisões e financiamento do Governo que escapavam ao controle da EBC.

O cronograma de digitalização da televisão impõe a definição de uma estratégia efetiva para ampliação da cobertura digital da TV Brasil, a fim de que a RNCP/ TV tenha a infraestrutura de transmissão digital necessária para assegurar a cobertura em condições de igualdade, em relação às emissoras comerciais.

TV paga - A Lei do Cabo e as TVs do campo público

A Lei do Cabo (nº 8.9977), de 1995 estabeleceu as regras para o funcionamento de tv paga no país. Além do regramento operacional, a lei buscava atender aos artigos 221,222 e 223 da Constituição. A partir dela, passamos a conviver com uma nova televisão, onde se paga a assinatura básicas (baixo custo) e a premium (custo alto). Obrigatória desde os pacotes básicos, as TVs Senado, Câmara e Justiça, representam as estatais.

As Universitárias e Comunitárias, representariam as públicas. As estatais no cabo contribuíram para a transparência nas ações do Legislativo e do Judiciário. Já as Comunitárias, dedicadas a municípios com mais de 100 mil habitantes, foram estabelecidas em modelo condominial, que hospeda diferentes interesses, ideologias, objetivos, com a grade sendo moldada de

acordo com a assembleia de sócios, mudando de município para município. Elas contribuíram igualmente para o desenvolvimento da comunicação local e regional, com toda a sua diversidade. No entanto, a falta de regramento fez imperar o poder da maioria político-econômica e não permitiu compor grades com atratividade.

As Universitárias permitem produzir e experimentar conteúdos com a inquietação dos alunos, envolvidos na pesquisa e produção de programas, no ambiente acadêmico autônomo de desenvolvimento do conhecimento e da experimentação. Hoje, ainda, assistimos a uma TV com pouco conteúdo qualificado, pequena participação de alunos e baixo envolvimento com grandes temas científicos.

Separando a comunicação pública da estatal

A diferença entre comunicação pública e estatal na estrutura organizacional da EBC apresenta uma característica particular: a empresa, embora faça a gestão de 13 veículos públicos, tem sua origem na extinta Radiobrás, uma empresa que fazia comunicação estatal.

A comunicação pública trata de processos realizados pela sociedade civil organizada com foco no interesse público. Não por acaso a missão da EBC é “criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”. Portanto, a independência nos conteúdos, a transparência e a gestão participativa são premissas. Em seus valores institucionais estão a defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania, com valorização das pessoas e da diversidade cultural brasileira. Por outro lado, a comunicação estatal é praticada por instituições de governo para gerar o engajamento da população nas políticas adotadas e o reconhecimento das ações promovidas nos campos político, econômico e social.

Para não descontinuar o papel desempenhado pela antiga Radiobrás de fazer a comunicação estatal, foi criada dentro da EBC uma diretoria exclusivamente dedicada à prestação de serviços de comunicação.

O decreto que aprova o estatuto social da empresa afirma que uma das formas de constituição dos recursos da EBC será proveniente de “prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação”.

Embora esteja descrita a possibilidade de prestação de serviços a entes públicos ou privados, a Diser concentrou seus negócios em um único cliente. A prestação de serviços para outros entes passa pela necessidade de mão de obra e equipamentos já que todo o quadro de funcionários e estrutura da diretoria estão dedicados à prestação de serviços à Secom.

Se a Diser possui a prerrogativa de prestar serviços a outros clientes e se um dos problemas de autonomia da EBC passa pela independência financeira dos valores do Tesouro Nacional, é necessário avaliar formas de ampliar a carteira de clientes, passando a operar o instrumento de credenciamento de entes capazes de oferecer esses serviços, sob gestão da diretoria.

Por outro lado, há quem defenda que a EBC não deveria prestar serviços de comunicação a nenhum ente e que a comunicação estatal deveria ser toda incorporada, incluindo estruturas técnica e operacional, à Presidência da República, nos mesmos moldes que a TV Câmara e a TV Senado.

Quem faz a EBC

A força de trabalho da EBC é formada por empregados do quadro permanente, comissionados (livre provimento) e os que estão em Regime Jurídico Único, provenientes de órgãos extintos pelo Ministério do Planejamento, e que vieram de outros órgãos da administração pública (agregados no item cedidos de outros órgãos). Desde sua fundação, a EBC manteve, com pequena redução, o número total de empregados. O que mudou ao longo dos anos foi a composição desses grupos.

Os funcionários da EBC tem contratos de trabalho regidos pela CLT. Parte deles fez concurso público ainda para a Radiobrás (em 2002) ou para a EBC (concursos em 2011 e 2013). Outros funcionários entraram antes de 2002, sem concurso público, mas foram incluídos no quadro permanente da Radiobrás, e, posteriormente, no quadro da EBC. Nesta situação encontram-se 538 funcionários, 47 ocupando cargos comissionados e/ou chefia.

Em 2008, quando a empresa foi criada existiam 2.572 funcionários, destes, 1.110 prestavam serviço pela Acerp (TVE do Rio de Janeiro e Rádios MEC), 1.100 vinham da Radiobrás e o restante eram temporários. Até 2013, temporários e oriundos da Acerp foram substituídos por empregados concursados. Hoje, a empresa conta com 2.552 funcionários.

Função EBC

Ano	Concursados	Livre Provimento	Requisitados de outros órgãos	Total
2008	64	117	8	189
2009	68	152	19	239
2010	68	178	26	272
2011	69	190	21	280
2012	85	201	26	312
2013	126	161	23	310
2014	189	164	40	393
2015	200	171	36	407

Cenário atual		
Número de cargos	Valor dispendido (mês)	Valor dispendido (ano)
429	R\$ 7,4 mi	R\$ 98,9 mi
Cenário Proposto – Redesenho		
Número de cargos	Valor dispendido (mês)	Valor dispendido (ano)
391	R\$ 6,50	R\$ 86,4 mi

Embora a EBC tenha se mantido desde sua constituição com força de trabalho semelhante à inicial, percebe-se que sua estrutura comporta ajustes visando à redução da folha de salários. A estrutura de cargos, faixa etária e produtividade, permite a adoção de um modelo mais racional e produtivo.

A estrutura hierárquica da empresa tem um comando decisório que se sobrepõe em vários níveis, mas que, no entanto, mantém a concentração do poder no topo, com pouca desconcentração desse poder nesses níveis hierárquicos. Cita-se como exemplo na estrutura a existência de cargos de gerentes, gerentes executivos e superintendentes, por vezes dentro da mesma estrutura, se sobrepondo nas atividades. O enxugamento de alguns desses níveis poderia gerar maior rapidez decisória e menores custos.

Pensando nisso, foi proposto um modelo de redesenho das funções, aprovado pela direção da empresa em maio de 2016 mas que não foi levado adiante em razão das mudanças de composição do Conselho de Administração e da própria diretoria. Se implementadas, as mudanças gerariam uma economia de R\$ 12,5 milhões por ano.

Além disso, há muitos funcionários com mais de 20 anos de casa, parte já aposentados, com remunerações altas devido ao tempo de casa e à progressão da carreira. Em abril de 2016, a folha de pagamentos deste grupo - sem contar benefícios - era próxima de R\$ 6 milhões/mês, R\$ 78 milhões/ano. Em comparação, a folha dos ocupantes de cargos de livre provimento era de R\$ 2,6 milhões. Existem ainda os funcionários em regime de RJU's, para os quais é feita a complementação de benefícios, que poderiam ser devolvidos ao MPOG e/ou substituídos por concursados quando necessário.

EBC hoje

A EBC foi criada como uma empresa pública, sob o regime de sociedade anônima, tendo como acionista único a União, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com autonomia para definir a produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão.

Embora tenha sido criada com mecanismos que possibilitam a arrecadação de receitas (publicidades institucional e legal; patrocínios culturais; prestação de serviços; licenciamento de conteúdos; doações), ela se sustenta essencialmente por recursos vindos do Tesouro Nacional.

É bem verdade que poucas dessas fontes de receitas foram desenvolvidas desde a criação da empresa. E o fato de ter o seu orçamento atrelado ao Tesouro Nacional colocou a empresa em situação de vulnerabilidade nas quais suas decisões de investimento foram tomadas de assalto e perderam espaço para o pagamento da folha e do custeio.

O Orçamento da EBC (como o de qualquer órgão público) é um documento legal que contém a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas pela empresa no período de um ano. Nenhuma despesa pode ser realizada sem estar fixada no Orçamento e nem toda despesa prevista é efetivamente realizada. Isso porque nem sempre os valores previstos são liberados e/ou nem sempre as empresas ou órgãos públicos apresentam capacidade de gastá-lo integralmente conforme o planejado.

A EBC tem alta capacidade de execução de seu orçamento (média de 98% de 2008 a 2015), mas a instituição tem sofrido o efeito das medidas de contingenciamento, em que os valores previstos são retidos em vez de serem liberados para execução, e também com a não liberação dos recursos já autorizados (média de R\$ 20 milhões/mês). O orçamento previsto para a EBC em 2016 é de R\$ 564 milhões, sendo que R\$ 26 milhões deste total foram contingenciados.

Além do contingenciamento, a empresa sofreu cortes do seu orçamento. Para se ter uma ideia do montante reduzido, o orçamento previsto para 2016 é R\$ 250 milhões menor do que o de 2010 quando se faz a correção do valor orçamentário pelos índices inflacionários do período. Essa redução afetou a proporção do orçamento distribuída entre os grupos de despesas, fazendo com que o custo com pessoal crescesse e o de investimento caísse.

Em junho de 2016, o déficit da EBC, considerando o orçamento liberado e a despesa estimada (prevista), chegaria a R\$ 58,20 milhões (R\$53,77 milhões referente a custeio e R\$ 4,44 milhões, a investimento). Isso não significa, necessariamente, uma dívida pois nenhum gasto foi efetivamente realizado. Mas sim que o orçamento planejado para executar as ações do

EBC hoje
(continuação)

Plano de Trabalho de 2016 precisa ser revisto e atualizado constantemente de acordo com a conjuntura. Isso quer dizer que é preciso realizar cortes, renegociar e cancelar contratos de modo a fazer com que a empresa caiba no orçamento liberado, para não levá-la a uma situação de endividamento.

Se a EBC deixar de realizar despesas com aquisições de máquina e equipamentos, por exemplo, a conta de investimento fica superavitária, contribuindo para que o déficit geral (custeio + investimento) passe a R\$ 29,75 milhões.

Reduzir investimento com o objetivo de equilibrar as contas (que se dão em razão de decisões que fogem ao controle da empresa: contingenciamento e corte abrupto de orçamento) não pode ser uma saída permanente. Em 2010, a empresa investia 21% do seu orçamento; em 2015, apenas 1%, e em 2016 a projeção é de 6%. Ela precisa achar meios de recuperar sua capacidade de investir.

Modelos de financiamento

Depender ou não de recursos públicos é questão central para a manutenção da comunicação pública. O modelo de sustentabilidade da comunicação pública é determinante para a garantia de sua autonomia e independência tanto em relação ao mercado quanto em relação ao poder do Estado. Para se ter uma comunicação pública forte e independente é preciso haver um modelo de financiamento também forte que garanta sua permanência e enraizamento.

As televisões públicas na Europa têm sua origem no surgimento da própria televisão, por iniciativa do Estado. Todas elas - na Alemanha, na França, na Inglaterra e em outros países - nasceram como televisões estatais, controladas pelos governos nacionais.

O fortalecimento da democracia e da cidadania, no pós-guerra, impôs o controle público, a participação da sociedade na gestão das emissoras e a criação de conselhos de representantes. Esta é a origem de televisões públicas como a BBC inglesa, a TVE espanhola, a France Télévision, a RAI italiana, a RTP de Portugal, a ARD e a ZDF, alemãs, entre outras. Os Estados Unidos e o Canadá também têm TVs públicas, a PBS e a CBC, respectivamente.

Na Europa, só mais tarde surgiram as televisões privadas e comerciais. No Brasil, diferentemente, a TV nasceu comercial, cumpriu seu papel na integração nacional. Conviveu, a partir de 1964, com TVs estatais criadas pelo regime militar. Só nos anos 2000, entretanto, surge o esforço para a transformação das TVs estatais federais, em parceria com a estaduais, em uma rede pública de televisão, segundo o conceito de que estas devem estar subordinadas à influência e controle da sociedade civil.

Segundo Toby Mendel, diretor executivo do Center for Law and Democracy, ONG internacional de direitos humanos com sede no Canadá, "a verdadeira independência das emissoras de serviço público só é possível com a garantia de que o financiamento seja livre de controle arbitrário do governo [...]. Em particular, é improvável que a proteção da independência estrutural das estruturas diretoras das emissoras públicas seja efetiva, se o governo puder exercer pressões por meio do seu controle sobre os recursos disponíveis."

Em seu estudo "*Serviço Público de Radiodifusão: um estudo de direito comparado*", Mendel afirma que "na maioria dos casos, as emissoras de serviço público trabalham com um modelo de financiamento misto, no qual parte dos seus recursos provém de fontes públicas, enquanto outra provém de atividades comerciais, incluindo publicidade."

A experiência internacional mostra que as TVs públicas são viáveis e podem cumprir um importante papel na oferta de fontes diversificadas de informação e entretenimento. Por isso é importante conhecer um pouco desta experiência, da história, do funcionamento e do financiamento das TVs públicas mais importantes do mundo.

A mais conhecida e admirada delas, a BBC inglesa, é dirigida por uma diretoria executiva, nomeada por um conselho composto por 12 pessoas representativas da sociedade. Formalmente o conselho é nomeado pela rainha, mas, na prática, os nomes são indicados pelo primeiro-ministro. Os conselheiros são personalidades independentes, sem vínculos com

Modelos de financiamento **(continuação)**

organizações e com a TV comercial. O modelo de financiamento garante total autonomia à BBC. Cada cidadão inglês paga uma taxa anual de contribuição para a manutenção do sistema público.

A France Television tem um complexo sistema de direção. O Conselho Superior do Audiovisual - Presidência da República, Assembléia Nacional e Senado - nomeia o presidente do Conselho de Administração, que tem a responsabilidade de nomear os diretores gerais das 4 TVs do sistema France Television. O Conselho de Administração é formado por 14 membros: 4 parlamentares, 5 do Estado e 5 pelo Conselho do Audiovisual. Os conselheiros têm mandato de cinco anos. Cerca de 70% dos custos são bancados por verbas orçamentárias. O resto vem de patrocínios, prestação de serviços e anúncios institucionais.

Na Alemanha, a ARD e a ZDF integram 16 emissoras públicas estaduais de 12 estados e ambas são dirigidas por dois conselhos: o de Radiodifusão e o de Administração. O conselho de Radiodifusão da ZDF é formado por 77 membros indicados pelo governo federal, governos regionais, partidos e organizações diversas. As verbas federais bancam 75% dos custos e são complementados por receitas próprias.

No Canadá, a CBC é dirigida por um Conselho Curador de 12 integrantes, responsável por todas atividades da corporação. O Governador- Geral indica os integrantes do conselho, sendo vedado pessoas relacionadas à área de radiodifusão. Tal como a BBC, conta com uma contribuição dos cidadãos para o financiamento da rede.

A PBS americana é na verdade uma federação de emissoras públicas e independentes. A direção executiva tem 11 membros e é presidida por um dos membros do Conselho Diretor, que por sua vez é composto por 27 representantes das 350 emissoras associadas. O Congresso destina verbas importantes para seu financiamento.

A RTP portuguesa e a TVE espanhola foram muitos anos as únicas televisões de seus países. Têm modelo público de gestão, com conselhos de representantes atuantes e financiamento misto: basicamente estatal, complementado por receitas próprias.

Financiamento e autonomia editorial

A lei da EBC possibilita que ela tenha um modelo misto de financiamento, com recursos vindos do Tesouro e também de outras fontes de captação.

Uma das principais fontes de financiamento prevista na lei é a **Contribuição de Fomento à Radiodifusão Pública (CFRP)** recolhida pelas empresas de telecomunicações. Esses recursos não chegam integralmente à EBC porque sua cobrança está sendo contestada na justiça e porque podem ser contingenciados.

A taxa está sendo depositada em juízo desde que Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) moveu ação contra a CFRP. Existe pouco menos de R\$ 2 bilhões que estão depositados em juízo pelas teles. E R\$ 783,5 milhões estão contingenciados.

Se liberados, a EBC teria, em média, R\$ 300 milhões/ano para bancar pouco mais de 50% de seus custos atuais (estimados em R\$ 564 milhões para 2016). A outra metade viria de recursos do Tesouro e da sua receita comercial, que em 2016 deve chegar a R\$ 71,45 milhões (estimativa), e que precisaria ser incrementada.

A empresa, ao desenvolver suas ferramentas de captação, não deve abrir mão do financiamento público, pois entende que a comunicação pública é um dever do Estado, mas independente na decisão de investimento e na definição dos conteúdos.

Abaixo, estão descritas as principais fontes de receita e alternativas de financiamento para a produção e modernização dos veículos da EBC.

1) Gestão do patrimônio

a) Imobiliário

Outra forma de aumentar sua receita e diminuir despesas seria melhorar a gestão do patrimônio imobiliário que a empresa possui. A EBC possui terrenos, casas, apartamentos funcionais, salas comerciais, mas que não servem para sua atuação comercial ou estão cedidos ou locados ou em precário estado de conservação.

Os imóveis que não servem para a atividade finalística da empresa acabam gerando custos com IPTU, manutenção e condomínio e poderiam ser vendidos para integrar o patrimônio financeiro da EBC e ser reinvestido na própria atividade, diminuindo também as despesas.

Os terrenos e equipamentos em locais valorizados e com potencial construtivo poderiam ser oferecidos à iniciativa privada, que ofereceria à EBC, como contrapartida, instalações em locais onde a empresa gasta com aluguéis.

Uma possibilidade ainda é o estabelecimento de contato com a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) para buscar equipamentos ociosos da União que poderiam ser usados pela EBC onde a empresa tem despesas de locação.

b) Acervo

O Acervo da EBC guarda tesouros: fotos, depoimentos, matérias jornalísticas de importância histórica, musicais, entrevistas entre outros.

São mais de 180 mil horas de material audiovisual produzido. No acervo existem séries de programas que marcaram época na televisão e no rádio brasileiros, como: Abre Alas, Vai passar, Em cena o Autor, A música, os músicos, Advogado do Diabo, Tribunal do Povo entre outros. Todo mês, são incluídos no acervo 260 horas de material bruto novo.

Contribuição

A Lei 11.652/2008 que criou a EBC estabeleceu que 75% dos recursos da CFRP sejam destinados à EBC, 2,5% para a Anatel, que recolhe a taxa, e 22,5% para as demais emissoras públicas, como as TVs e rádios comunitárias, educativas, universitárias, do Legislativo e Judiciário.

Isso não significou a criação de nova taxa ou tributo a ser cobrado das operadoras de telefonia, e sim a realocação de parcela do que já é arrecadado para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

Financiamento e autonomia editorial

(continuação)

Além de promover possibilidade de produção de conteúdo de qualidade a baixo custo, seu uso mais eficiente poderia servir como fonte de receita. A catalogação e recuperação de material é urgente e implica em alto investimento, mas poderia haver uma recuperação por projeto, via financiamento com parceiros.

2) Prestação de serviços

A maior parte da receita comercial da EBC é oriunda da prestação de serviço à Secom/PR (**comunicação estatal**) e da publicidade legal. Para alavancar suas receitas, a EBC precisa aumentar sua capacidade de atrair anunciantes de publicidade legal, e também de prestar serviços, dada a vantagem que tem de poder ser contratada diretamente por agentes públicos.

a) Serviços de comunicação

Para prestar serviços de comunicação para outros entes, a empresa teria que recorrer à ferramenta do credenciamento para tornar ágil a contratação de equipes e equipamentos de acordo com o projeto/serviço contratado. Isso valeria para todos os seus clientes, incluindo a Secom, sem onerar a empresa ou recorrer à mão-de-obra existente na casa, que seria integralmente destinada a fazer conteúdo para seus veículos de comunicação pública.

Lançar mão do credenciamento, significa que a EBC teria que rever o seu regulamento especial de compras. O atual, embora tenha permissão legal para ser de fato especial, ainda reflete a lei de licitações, que nem sempre atende às necessidades de uma empresa de comunicação. A permuta está entre os instrumentos deste regulamento especial que possibilitaria a redução de custos de produção e operação da emissora, além de atender às necessidades de divulgação e marketing.

b) Publicidade legal

Entende-se por publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros comunicados que órgãos e entidades da administração pública federal são obrigados a divulgar por força de lei ou regulamento.

A EBC Serviços distribui aos veículos de comunicação a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal. Este serviço é realizado com base na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que confere à EBC a competência da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, exceto a veiculada pelos órgãos oficiais da União. Apesar de não obrigatória, essa veiculação da publicidade legal dos estados, do Distrito Federal e municípios, por exemplo, pode ser atendida de maneira competitiva pela EBC, com a estrutura já instalada e com a experiência, base de fornecedores e negociação que tem com mais de 5 mil veículos impressos, rádios e Tvs, no Brasil e no mundo.

3) Fontes de recursos para produção de conteúdos

A EBC pode buscar financiamento para suas produções por meio de linhas vigentes na Ancine e no BNDES voltadas para produção de conteúdos com significado e alto valor agregados. Essas linhas permitem a produção de conteúdos, como séries, documentários, animação e longa-metragem e permitem multiplicar o recurso subsidiado.

Credenciamento

O credenciamento é um processo jurídico que permite dar maior agilidade de contratação no serviço público mantendo todos os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Trata-se de um chamamento público em que empresas são habilitadas para prestação de um determinado serviço. Elas não concorrem entre si, nem por qualidade nem por preço. Essas empresas habilitadas podem ser contratadas a qualquer momento, e são selecionadas por sorteio.

Financiamento e autonomia editorial **(continuação)**

A parceria com a Ancine pode ser intensificada e aprimorada. Ela permite estabelecer relação direta com a produção independente, sem requerer investimento próprio por meio de programas como o Brasil de Todas as Telas, Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (PRODAV), o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e o BRDE (agente financeiro, para fluxo contínuo de editais).

Em 2013, a EBC assinou termo de cooperação com a agência e atualmente encontra-se em fase de conclusão da segunda etapa do PRODAV. Estas duas edições continuadas resultarão em 96 novos títulos inéditos de produção independente, para serem programados em 2016 e 2017.

Outra forma existente de financiar sua produção é se tornar proponente de mecanismos de patrocínio por meio de renúncia fiscal (Lei Rouanet/ Projetos estaduais via ICMS, etc). Além disso, poderia criar um eixo de parceria com o Ministério da Cultura (MinC), nesse momento de revisão da Lei Rouanet, para que todos os projetos viabilizados por esta lei de incentivo tivessem uma regra que contemplasse obrigatoriamente a exibição de todos esses conteúdos em TVs Públicas.

4) Licenciamento

Outra frente possível para diversificação de receitas, bem como para exposição da marca da EBC nacional ou internacionalmente, é o licenciamento de conteúdos.

Tal modalidade de negócio permite atuar na “cauda longa” do produto, isto é, os conteúdos, cujos custos de produção já foram pagos pela empresa, podem ser rentabilizados através de contratos de exibição em diferentes plataformas no mercado interno ou externo: outras emissoras de TV aberta, TV fechada, internet, mobile, entretenimento a bordo, *video on demand*, entre outras a serem criadas.

5) Publicidade e patrocínio cultural

O patrocínio cultural possibilita o investimento de recursos financeiros ou não na produção de programas, faixas de programação e /ou eventos. Nesses casos, aos veículos da EBC é permitido a citação do patrocinador sem tratamento publicitário.

A empresa pode ainda, à medida que qualifica e divulga seus conteúdos, atrair anunciantes que buscam um posicionamento de marca em veículos com conteúdos diferenciados, alinhados aos ideais da comunicação pública.

Modernizar em tempos de mudança

Por se tratar de uma empresa de comunicação, a EBC é uma organização definida por tecnologias e mudanças decorrentes de transformações tecnológicas e comportamentais. Uma das maiores mudanças ocorridas desde o início da Era Industrial é o surgimento da internet, com seus níveis inigualáveis de conexão e interatividade. A televisão tradicional, linear no oferecimento de acesso ao seu conteúdo, e com baixo nível de interatividade possível, se torna especialmente afetada por essa mudança de paradigma de recepção. O receptor, até então passivo, passa a demandar um nível de atividade e interatividade que a televisão não tem como atender.

O resultado é o que se observa: redução contínua de audiência em um processo que não demonstra ter se esgotado ou estar perto disso. A televisão, nesse novo ambiente, precisa mudar a forma de ver a si mesma: uma empresa de comunicação precisa se transformar em um ambiente de diálogo e trocas com uma comunidade formada em torno dela.

Uma das mudanças mais intensas da presente época é o declínio do conteúdo ao vivo, em tempo real, forte ainda nas transmissões de grandes eventos (futebol, olimpíadas, shows). Disponibilizar conteúdo no formato e no tempo desejados pelo usuário se torna um elemento fundamental de competitividade e sobrevivência. Esses tempos são variáveis e os formatos também. O caminho para todas as estruturas de comunicação é o de se tornarem multiplataformas. E a chave do sucesso para uma operação multiplataforma é a integração entre diferentes formatos e o aproveitamento pleno do que é produzido.

Essa mudança requer uma nova forma de ver o modo de fazer televisão. O investimento em novas tecnologias precisa ser acompanhado pela mudança cultural que permite a uma empresa linear se converter e uma empresa não-linear, multiplataforma e integrada. Nesse cenário, melhorias estruturais em tecnologias convencionais não trazem a garantia de sobrevivência ou sucesso. Um melhor sinal tem menor relevância quando os usuários querem, na verdade, alternativas de acesso ao conteúdo audiovisual.

A transformação, de empresa linear para empresa multiplataforma é, na verdade, o grande desafio. Uma vantagem importante da EBC neste cenário é a liberdade que possui em relação a formatos tradicionais de negócios. A ligação ao modelo *anunciante x assinatura* é um elemento que dificulta a transformação das emissoras tradicionais privadas. A EBC pode avançar nos espaços deixados em aberto

pelas empresas de comunicação privadas.

A EBC poderia buscar sua audiência e relevância na web. Para isso, é necessária a atualização de mão de obra com o conhecimento e a operação de pequenos e potentes equipamentos, de alta resolução e baixo custo. Assim como o investimento em formação em linguagem audiovisual: fotografia, formatos de enquadramentos, som, edição, trilha sonora, cenários digitais e físicos. Essa atuação precisa se dar de maneira integrada a toda a produção de conteúdo da casa. O ideal seria a empresa concentrar esforços para que toda a cadeia de produção da notícia e de programas

fosse multimídia (ou transmídia). Não basta apenas o repórter produzir conteúdos múltiplos (imagem, áudio e texto) se toda a cadeia - editores, chefes de redação e suporte operacional - não estiver preparada para disponibilizar este conteúdo nas plataformas existentes e de modo complementar, aproveitando o que há de melhor em cada veículo.